
A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS.

Alex da Silva Farias

Bolsista da FUNCAP de Mestrado Acadêmico em História Cultural - UECE/MAHIS e Especialista em Metodologia do Ensino de História – UECE/NECAD. E-mail: alexsfarias@yahoo.com.br

A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS.

REPRESENTATION OF EQUITY IN MEMORY OF SOCIAL SUBJECT.

Alex da Silva Farias

RESUMO

A história da cidade serve de meio para tecer uma análise sobre a relação entre as transformações no modo de vida urbano e a criação de um museu em uma cidade do interior e fora dos grandes centros urbanos. Faço uma releitura do conceito de patrimônio histórico e cultural urbano local partindo do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati, levantando a questão de como a representação da narrativa da história da cidade foi constituída por sua instituição de preservação da memória local. Investigo a memória dos sujeitos, fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano, na manifestação de seus modos de agir, lembrar e esquecer no processo de interpretação de um regime de historicidade. O objetivo é reconhecer como os sujeitos deram razão às ações e posições em relação à dominação e ao passado. Compreendo que as apropriações deram significado as práticas culturais, portanto, desenvolvo uma análise do lugar social. Tais questões compreendem a lógica das práticas dos sujeitos e das instituições na produção de valores e conceitos. A metodologia usada é a análise discursiva da narrativa da história local dialogando com as fontes escritas, produzidas pelo Museu Jaguaribano no período de 1965 a 1985.

PALAVRAS-CHAVE:

Representação, Patrimônio, Memória.

ABSTRACT

The city's history is a means to weave an analysis of the relationship between the changes in the urban way of life and the creation of a museum in a city in and outside major urban centers. Do a reinterpretation of the concept of historical and local urban cultural heritage starting from the architectural ensemble of the city of Aracati, raising the question of how the narrative representation of the history of the city consisted of preservation of local memory institution. Investigate the memory of the subject, founders of the Jaguaribano Museum Institute, in the manifestation of his ways, remembering and forgetting in the process of interpretation of a regime of historicity. The goal is to recognize how the subjects vindicated actions and positions on domination and the past. I understand that appropriations provided meaning cultural practices therefore develop an analysis of the social place. Such issues include the logic of the practices of individuals and institutions in production values and concepts. The methodology used is the discursive analysis of the local history narrative dialogue with the written sources, produced by Jaguaribano Museum in the 1965 to 1985 period.

KEYWORDS:

Representation, Heritage, Memory.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Após a Segunda Guerra Mundial e o fim da URSS os estudos de história e sociologia aprofundaram mudanças no conceito de modernidade sob a ótica do progresso. Desde Nora (1981) se percebe que a aceleração da história dava maior visibilidade para uma crise de paradigma na modernidade trazendo uma retomada da memória, conseqüentemente um “boom da memória” (WINTER, 2006). A crise da modernidade (ZAIDAN, 1989) não é recente e aborda questões pertinentes às temporalidades, a aceleração da história e emergência da memória. De modo que desencadeou mudanças que levaram o mundo contemporâneo a repensar o seu entendimento do conceito de memória, proporcionando assim uma releitura sobre nossa interpretação e compreensão do passado (HARTOG, 2014; HUYSSSEN, 2000).

Se “o passado que estudamos é um constructo de nossas mentes” (HOBSBAWM, 1998, p. 8), então, “a necessidade de memória é a necessidade de história” (NORA, 1981, p. 8-9), porém é importante então não confundir memória com história. A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente através do nosso entendimento do passado (HOBSBAWM, 1998), ou seja, é uma lógica que montamos e interpretamos com as amostras escolhidas que pode ou não incluir o que as pessoas pensam a respeito (LE GOFF, 2008; CARR, 2006).

A memória é um fenômeno construído socialmente, é seletiva, suscetível à ação de grupos, está viva transmitindo significados e seu uso pode nos dizer, lembrar ou fazer esquecer a si e aos outros. Seu conceito se diversificou embora represente diferentes abordagens de um mesmo fenômeno. Inicialmente destaco a memória individual que relaciona o indivíduo com o passado em suas lembranças que vão representar não a ida ao passado, mas a presença deste no presente; e outra que trata da memória como um fenômeno coletivo e resultante da ação do indivíduo em sociedade (LE GOFF, 2008).

Halbwachs (2006) partiu do princípio de que a memória por mais pessoal que fosse estava ligada ao comportamento em grupo, não rejeitando o individual no estudo de memória coletiva. Já o conceito de memória social é diferente da memória coletiva, além de estar em movimento e expressar valores, é uma construção processual e não se reduz a apenas representação (GONDAR, 2005).

As memórias se formam e são renovadas devido aos laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos comuns e simbólicos. De acordo com Ricouer (2007), a memória está vinculada a passagem do tempo e baseada em uma continuidade inteligível de uma narrativa histórica e singular do indivíduo, “ao lembrar algo alguém se lembra de si” (RICOUER, 2007, p. 107). Neste sentido é possível comparar sociedades distantes no tempo e os vários horizontes de perspectivas dos seus diferentes grupos, portanto “é por intermédio da consciência que consideramos a cada momento pertencer simultaneamente a vários meios; mas esta consciência existe apenas no presente” (RICOUER, 2007, p 133).

Assim conforme Pollak (1989, p.4-15) “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. Em suma, o enquadramento da memória também serve para produzir e organizar os discursos em torno dos acontecimentos e dos grandes personagens, deixando rastros materiais como os monumentos, museus e bibliotecas. Sobre a história dos acontecimentos, considero o início na idade média quando a preferência era a relação do tempo com a providência dos fatos influenciados pelas crônicas. Do esquema providencial para a lógica do iluminismo, o acontecimento aproximou a continuidade temporal com a aceitação do progresso e da razão. Era o objeto de investigação, sua metodologia sugeria uma ruptura na função de transmitir significados, por isso sua explicação causal era decorrente de um progresso baseado na probabilidade das perspectivas da narrativa sobre o fato e a um tempo do discurso.

O modo de a memória funcionar não é somente individual é coletivo também, pois só existe em relação a alguém, daí a concepção de que deve ser vivida e valorizada (DOSSE, 2013). A história cultural também está ligada à memória e conseqüentemente à escrita; na antiguidade a memória era um processo lento e cumulativo, na idade média era tido como a capacidade de lembrar, porém foram os livros que permitiram o deslocamento do oral para o escrito. Hoje vivemos na época da memória externa, onde a erudição e tradição cederam espaço para a memória artificial (DRAAISMA, 2005), “com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e mais particularmente a “memória artificial”, são profundamente transformada”. (LE GOFF, 2008, p. 430). A passagem da cultura oral para a cultura escrita, de fato, muito veio a aprofundar o conceito de memória, não somente como

extensão da capacidade de armazenamento, mas também como memória que se realiza no grupo, família, etnias.

Segundo Le GOFF (2008), as instituições de memória são responsáveis pela manutenção das relações do tempo e do espaço com o homem, de uma perspectiva que tais instituições são criadas pela ação de grupos. Há um conjunto de fontes com valor e normas produzidas no ambiente privado das instituições que determinam apenas um único ponto de vista, fonte de narrativa estabelecida como verdade. A perpetuação de heróis e líderes é instrumento de legitimação que confunde verdade com sinceridade na narrativa da escrita de si, “defende-se que a escrita de si é ao mesmo tempo, constituída de identidade de seu autor, que se criam simultaneamente, através dessa modalidade de produção do seu” (GOMES, 2004, p.21). Noto que há distanciamento do sujeito e de sua escrita, o que nos permite ponderar que a memória institucional é também esquecimento.

A memória também possui espaços não somente físicos, mas de referência onde ela é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, tais espaços também são considerados lugares de memória (NORA, 1981) como os documentos, arquivos, monumentos e museus. O culto ao valor histórico do monumento destacava a arte religiosa especificamente o gótico, porém há de se perceber a diferença entre a arte profana e a gótica. Sobre esta mutação no conceito de monumento o autor Alois Riegel (2006), trata do debate sobre os conceitos e a preservação do monumento da arquitetura urbana no século XX, onde aborda os valores dos monumentos, rememorativo, de antiguidade, histórico, contemporânea, instrumental e artístico. (RIEGEL, 2006). Anteriormente o monumento histórico era entendido através de um sentimento de nostalgia, sua própria configuração abriu espaço para um presentismo que redefiniu o patrimônio, este passou a requerer a participação das práticas de conservação, restauração e preservação (HARTOG, 2014). Dentre os restauradores posso citar: Viollet Le Duc (1814-1879), francês, para ele a restauração era constituída pela recriação do monumento interpretada pelo conhecimento técnico e científico e específico na concepção do restaurador; John Ruskin (1829-1900), inglês estendeu que a arquitetura valorizava as criações anteriores e da preservação dos conjuntos urbanos; Camilo Boito (1836-1914) concebia o antigo e o novo nos trabalhos de restauração que influenciaram as mudanças no uso e emprego da recuperação dos espaços (BANN, 1994).

Quanto à história dos museus início com origem do colecionismo na modernidade, passando pela abertura das coleções absolutistas e burguesas até o século XIX e XX, de cunho patriótico, os museus no século XIX eram ainda símbolo da nação e da coletividade, e faziam parte de uma comunidade imaginária que satisfazia a autoridade positivista de colecionadores particulares, porém é na virada do século XIX e XX que as dificuldades exigiram uma profissionalização capaz de satisfazer as exigências de conservação. A partir do fim da tradição durante a Revolução Francesa, se reivindicou o direito às obras, à cultura e às artes pela própria população. No entanto, a fundação de uma política cultural levou a categoria patrimônio a incorporar uma diversidade de conhecimentos e valor pelo público; isto conseqüentemente representou uma pulverização de museus nas entidades públicas. Como uma instituição instável os museus estão ligados à memória e ao patrimônio em uma comunhão de história cruzada e em zonas de contato (POULOT, 2013). O museu implica em contato com a história cultural e material, de um lado pela política da instituição como lugar de representação do patrimônio e de outro pela utilização de espaços para suas práticas, portanto é uma ciência em construção e sua reescrita expõe significados e desafios da memória coletiva ao longo do tempo.

Já os museus de história tornaram-se rapidamente instrumento desta experiência, dando visibilidade aos monumentos históricos, são locais que transmitem o conhecimento da memória coletiva e da história: “os museus de história dão testemunho da discrepância, mas também do eventual diálogo entre tipos de saber histórico compromissado com a escrita e entre os conhecimentos fundamentadores do objeto” (POULOT, 2003, p. 54). Enfim, o museu de história não é mais o soberano do passado e da história, ele abre espaço para se entender a cidade, pois assim como os museus de cidade tem a função de inserir sua população nos lugares de memória. O simples fato de existirem nos museus de cidades não é por acaso, parte da lógica de construir uma narrativa de uma determinada história da nação, da cidade e dos seus. Os museus de história implicaram na configuração de uma identidade e comunidade; no entanto, foram os museus nacionais que criaram espaços de institucionalização, portanto foi somente a partir das décadas de 1960 a 1970 que programas pedagógicos abriram espaço para as disciplinas das ciências históricas. A proposta de pensar a representação do espaço social expõe o museu de cidade e a nostalgia do patrimônio urbano como um empreendimento de identidade local, o que nos remete a fazer uma análise do tempo na história urbana, focando os museus de cidade, como local de representação dos conflitos urbanos.

Foi Gustavo Barroso que criou o museu histórico nacional, coordenou o curso de museu e participou da criação do museu histórico da cidade do Rio de Janeiro e com Gilberto Freire criou museus regionais e de artes; pensavam em um museu histórico nacional destinado a realizar o culto à saudade, à exaltação da pátria e à celebração dos vultos gloriosos e locais. Tais museus municipais são fundamentais para história local, pois valorizavam o popular e o erudito, na medida em que a sua narrativa desenvolve um diálogo com a instituição do museu, formando uma identidade local articulada com a consciência nacional. Desde a república os museus brasileiros faziam parte de um processo de criação de memórias coletivas, tradições inventadas e políticas comemorativas dos estados nacionais e, em consonância com as tendências europeias, eram instituições com vários discursos defendendo sempre a preservação da memória do país. Gustavo Barroso, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e do movimento integralista brasileiro, logo nomeado diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), desenvolveu um discurso fundado no culto da saudade onde os museus brasileiros faziam parte da tradição republicana.

Já o museu tradicional está fadado a desaparecer, salvo como um banco de objetos exóticos e de curiosidades. Os problemas do museu esbarram na ressurreição urbana e recuperação social e cultural através da própria população local e não apenas para copiar modelos impostos pelo esnobismo ou pela simples tendência à imitação. A imagem de museu tradicional perdeu espaço agora para uma nova concepção de museu. É onde percebo que o discurso sobre a museologia é uma construção recente e herdeira de uma tradição pragmática, intelectual e conservadora nas galerias de pinturas, museus de antiguidades, bibliotecas e gabinetes de curiosidades.

A definição da chamada nova museologia passa por uma releitura das práticas museais, sem abandonar os objetos e coleções em suas atividades, elabora uma ampliação do alcance dos processos com fundamentação metodológica refletindo nas instituições de culto ao passado. O avanço das ciências sociais e da antropologia na esfera das práticas de museu definiu sua interdisciplinaridade. Foi através da Declaração de Santiago que os museus passaram a ser uma instituição mais comprometida com o social (BITTENCOURT, 2003). Já as primeiras instituições museológicas no Brasil são do século XIX a partir de D. João VI, porém é no século XX que se torna mais evidente o culto à nacionalidade e à cultura material.

Tais museus eram manifestação de um patrimônio estabelecido, físico, nacionalista e instalado em prédios de valor histórico. Esta nova museologia considera o fato de que as exposições do acervo permitem observar um discurso histórico único e representativo de um passado, posto que a própria escrita da história deva levar em consideração o seu tempo e o lugar. Desde a década de 30 a museologia era comprometida com a memória nacional e com o culto aos personagens importantes sempre partindo do olhar das elites. O movimento modernista foi fundamental para consolidação das novas políticas culturais, principalmente na preservação do patrimônio histórico, embora o contexto priorizasse apenas o passado colonial e a arte barroca como expressão autêntica da nacionalidade (ANTUNES, 2007). O próprio surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deu-se por intelectuais modernistas onde as cidades históricas eram a fonte da identidade nacional. Foi a partir de uma renovação nas metodologias que se deu um novo entendimento do conceito de museu e a implantação de ações como a preservação e o tombamento (MONTALVÃO, 2003).

O conceito de patrimônio surgiu do direito à propriedade, era patriarcal, individual e privativo da aristocracia, foi através do cristianismo que conquistou valorização religiosa. Com os humanistas conservaram-se nos objetos raros, relíquias, artefatos e obras de artes através de antiquários e colecionadores preocupados em contribuir para a formação dos Estados nacionais; entretanto, a preservação dos monumentos nacionais deu-se principalmente com objetos de valor material e simbólico para a nação, aliás, o monumento, no entanto é outra categoria que também por um lado expõe distanciamento e por outro provoca valores e de acordo com Riegel (2006) pode representar três classes: comemoração, intencional e antiguidades. Foi no período entre guerras que o patrimônio nacional sofreu impulso com o nacionalismo, noto que foi no contexto do pós-guerra que se ampliaram as abordagens sobre a cultura. Somente com o fim das guerras as mudanças na noção de patrimônio focavam na gestão dos bens patrimoniais, culturais e ambientais, considerando a comunidade e não apenas a administração pública nacional.

Esta valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos é atualmente uma síntese da diversidade que caracteriza estudos sobre a cidade: “o patrimônio ambiental urbano pode ser considerado a materialização das relações que interagem no espaço da cidade funcionando como elemento de identidade” (MAGALDI, 1992, p. 21). Entendo que o patrimônio individual depende de nós assim como o coletivo é sempre definido e

determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade, “não é uma simples soma de indivíduos, assim como o todo não é uma mera junção das partes” (FUNARI, 2009, p. 09), portanto é constituído por grupos diversos, em mutação, com interesses distintos e por vezes conflitantes.

Não é, no entanto, o que parece acontecer: quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva. (PAOLI, 1992, p. 25).

A preservação no século XX reproduziu o maior interesse pelos bens históricos principalmente após a segunda guerra mundial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou discussões que resultaram no aprofundamento de certas questões e recomendações. No momento, a UNESCO criou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para discutir os problemas da preservação dos bens culturais. A carta de Veneza foi redigida entre 25 a 33 de maio de 1964, onde formulava definições básicas sobre os monumentos históricos. No Brasil o interesse pela preservação dos bens culturais é do período colonial. No Ceará há uma tendência nacionalista relacionada à celebração dos fatos pertencentes a grupos (CASTRO, 2008), entretanto o primeiro esforço em preservar o patrimônio nacional o Brasil baseou-se na conservação de bens moveis e imóveis do período colonial. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 no art. 126, o patrimônio cultural brasileiro compreende um conjunto de “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 134).

A relação do patrimônio com as edificações levou a um lugar social em favor da preservação dos bens culturais e materiais. Está intimamente ligada com a herança cultural, pois se compõe do acervo dos bens produzidos pelo homem que pode ser imaterial e material (CASTRO, 2008). Entende-se por patrimônio todos os bens que pertencem a um indivíduo, a uma família ou a um grupo, e de relevante interesse histórico para a sociedade, e que se divide em: patrimônio natural e patrimônio cultural. Este esteve restrito ao patrimônio construído principalmente no período colonial e imperial e se expressa tanto individualmente como coletivamente as visões de mundo que a sociedade entende, compreende, valoriza, reconhece

e protege de sua cultura material e imaterial. Já o patrimônio histórico, entretanto, se refere a um bem que tenha relativo valor significativo para sociedade.

A categoria patrimônio é um instrumento para se compreender o cultural no mundo moderno; para Choay (2001), foi constituído através de uma narrativa para representar uma nação, passou a ter a função pedagógica a partir de instituições de memória criando aproximações com a comunidade. Hoje o patrimônio pode ser produto de dimensão simbólica que atribui valor e de representar sentimento além de reduzir as diversidades. (BOURDIEU, 1989 e SILVA, 2010). Esta categoria de pensamento segundo Gonçalves (2003) envolve a categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social, possui valor e seu sentido pode variar no tempo e no espaço. Seu conceito moderno parte de discursos nacionalistas que lhe deram a conotação de propriedade, desde a Comissão de Monumentos Históricos durante a Revolução Francesa os antiquários legitimaram este sentimento nacionalista. Eram colecionadores que através de uma metodologia própria analisaram e selecionaram a preservação no século XIX.

O antiquário teve grande contribuição sobre a escrita da história, pois davam importância aos objetos históricos e nesta perspectiva questionaram a autoridade dos documentos narrados e os seus vestígios materiais, embora sua narrativa tenha servido para excluir do objeto sua imagem e seu papel facilitando desta forma a existência de um passado institucionalizado. O papel dos antiquários foi garantir não apenas novas interpretações da história, mas interessar-se por objetos de valor históricos, artístico e científico que tendem a crescer e acumular nas instituições como museus e arquivos, “antigamente, o antiquário era uma figura séria e respeitável. Agora, ele revela-se ridículo, e até necrófilo sem sua aviltante paixão pelas relíquias do passado” (BANN, 1994, p. 166). A prática do antiquário abraça importantes questões sobre a constituição da escrita da história, desde quando despertou para a tradição do passado das sociedades nacionalistas até sua institucionalização, portanto são historiadores suscetíveis às relações com o tempo e os procedimentos. Atualmente o saber do antiquário foi superado pelo conhecimento objetivo e específico da ciência. No caso do Brasil foi a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que se desenvolveu um projeto das elites políticas para assegurar uma ligação com as instituições europeias de história (GUIMARÃES, 2008). No Brasil o problema era a cultura europeia colonizadora que engessou o patrimônio de pedra e cal sempre priorizando o estilo barroco.

Segundo Bourdieu (1989), o mundo social está representado no espaço sob um conjunto de propriedades onde, sujeitos e grupos definem suas posições. A construção do espaço social contribuiu para determinar certa posição no campo cultural, pois “um conjunto de agentes é tanto maior quanto maior é a sua proximidade no espaço social e quanto mais restrita, logo mais homogênea, é a classe construída a que eles pertencem” (BOURDIEU, 1989, p. 137). Neste lugar social não se pode unir pessoas com diferentes objetivos, não é qualquer um que pode participar, vejo aqui que o patrimônio também se enquadra, pois é sentimento e memória, portanto se configura como espaço da cultural local.

É quando questiono o patrimônio tanto como campo de disputas simbólicas e como exercício de poder simbólico. (BOURDIEU, 1989). Este discurso de preservação do patrimônio estava presente no meio intelectual e foi aceito pela coletividade, se pensarmos que os discursos de patrimônio cultural, tanto individual como coletivamente, são construídos e que sua prática de preservação se efetiva a partir de um determinado momento deste discurso. Não há, portanto, patrimônio que não possua ao mesmo tempo as condições individual e coletiva. Tal concepção não dependia apenas da vontade dos seus fundadores nem da ação deliberada de indivíduos ou grupos, mas do significado de como a representação da prática de um discurso erudito foi apropriado pela cultura local. Da apropriação entendo que pode ser reformulada e posta dentro da história cultural como uma prática de discurso e social devido à construção e interpretação de um sentido que nos permite pensar a transformação social nos tempos (CHARTIER, 1987).

O patrimônio também é constituído por testemunhos e para reconhecê-lo como autêntico, ele exige observação dos sentidos e representações, portanto é preciso interrogar o patrimônio, os sujeitos e os conceitos que o fazem existir, pois ele nos traz novas relações com a memória na medida em que questiona a escrita da história. O campo de atuação do patrimônio é também meio para seleção e recortes que determinam olhares e interpretações sobre o espaço. É a partir da desconstrução dos conceitos de patrimônio e de cultura que se ampliam as discussões sobre a temática da memória e do esquecimento e que envolve os atos de preservar e tomar (CANDIDO, 2010).

Percebo ao menos dois importantes argumentos na defesa do patrimônio como traço da memória da cidade. Primeiramente, ele respeita a pluralidade de fragmentos temporais inscritos no espaço urbano, favorecendo uma percepção histórica da sociedade, isto é não um mero conhecimento do homem no passado, mas um entendimento do caráter temporal das realizações humanas. ... em segundo lugar, e

não menos importante, o patrimônio pode atuar como um valioso recurso na utilização da memória como fonte para a reflexão histórica (SILVA FILHO, 2003, p. 27).

O que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas do efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época.

Na escala das coletividades os mecanismos de aquisição, de transmissão e de conservação das obras, quer se trate da formação e da evolução das compilações de monumentos preservados, quer das coleções dos museus, envolvem um horizonte de expectativa ligado às representações de um grupo social, a uma sensibilidade local, às experiências, próximas ou longínquas, sociais e culturais, das quais ele participa (POULOT, 2003, p. 40).

Conforme RODRIGUES (1996), o patrimônio mudou de perspectiva, antes o foco era a nação agora é a sociedade, hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual. A aproximação da noção de patrimônio com a memória nos espaços urbanos nos proporcionou uma releitura das narrativas do discurso histórico e preservacionista (GONÇALVES, 2003).

Nesta discussão entre a memória e o patrimônio, os espaços passaram a consolidar o sentimento de reconhecimento e pertencimento determinando o que é comum e diferente entre os grupos cuja ação materializou-se nas instituições de preservação. De acordo com Foucault (2001), a consciência de poder se situa ao passar de um ponto de vista de um grupo a outro. Observo que é a mudança deste ponto de vista que faz o lugar coletivo ou individual. De maneira que as representações destes grupos não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação que se faz deste patrimônio e o que se quer preservar. O patrimônio é um lugar de memória diferente e sua ideia de preservação tanto pode atribuir o ato de lembrar e ou esquecer, portanto, o que se quer preservar, selecionar e determinar, como o tombamento, que consiste no poder de excluir um bem cultural de outros grupos a se apropriarem de seu passado.

Se os centros urbanos arquitetônicos tombados refletem o passado, então sua preservação interfere no futuro das cidades, preservar, portanto é um problema, pois o ato de promover sua preservação é também o ato de divulgar e ampliar sua participação frente aos demais. O pensamento preservacionista foi contextualizado nas décadas de 20 e 30 quando se procurava definir uma identidade da nação. A preocupação com os monumentos

arquitetônicos e históricos constituiu-se tendo por base o tombamento de imóveis do período colonial e imperial, que serviu como instrumento simbólico de controle e poder, isto viabilizou o tombamento de edificações tradicionais definidas como construções de um passado legítimo da nação (MONNET, 1996). Entre 1934 e 1937 o interesse pela preservação cultural mudou levando o ministro da educação Gustavo Capanema, influenciado pelo modernismo que em 1937 a criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que em 1946 foi Diretoria do Patrimônio Histórico e Nacional (DPHAN) e em 1970 torna se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional é o IPHAN e o responsável pelo patrimônio natural é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No Brasil com a Constituição Federal de 1988, especificamente com a lei nº 9649 de 17 de maio de 1998, foi criado o Registro de Bens Culturais Imaterial com os livros: dos saberes, da cultura, da expressão e dos lugares.

HISTÓRIA ORAL E SUJEITOS SOCIAIS:

As representações do mundo social são construídas por determinados interesses de grupos ou pessoas e como tal podem ser apropriados na forma de discurso oral e ou escrito, de maneira que é no conflito entre o entendimento das representações de mundo que os grupos impõem sua concepção de valor sobre si e dos outros. O que é notório nas instituições sociais e de memória quando incorporam uma determinada representação coletiva delimitando sua posição na organização no social.

Considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos – que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória da identidade – tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 1987, p. 18).

Considero o diferente e o semelhante no discurso da narrativa da histórica local e da história oral, pois os modos como percebemos o acontecimento não são somente individuais, são coletivas também. Portanto, o estreitamento da relação entre a escrita e a oralidade possibilita esclarecer processos, depoimentos, interpretações e pontos de vista.

O que se chama de “grupal”, “cultural”, “social, ou “coletivo” em história oral é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidade decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários (MEIHY, 2010, p. 27).

A história oral¹ também ocupa espaço nos estudos da história cultural, proporcionando uma interseção de pontos de vista diferentes nas questões que envolvem o cotidiano e a mentalidade antes invisível pelo uso apenas na documentação histórica convencional. Considero aqui mentalidade através de como um conjunto de formas de pensamento congruente com a história das ideias, indo além dos escritos, investiga a capacidade de decifrar os processos, o esquecimento e as complicações. É também o cotidiano aquilo que está sujeito ao impessoal do pensamento coletivo, individual e afetivo, pois a partir de tal posição intelectual, os discursos também são apropriados e produzidos designando um enraizamento social, conforme Chartier (1987).

Na situação de esclarecimento quando a documentação escrita disponível não apresenta versão diferente ou não responde questões específicas, o contato do cultural com a história oral pode nos revelar elementos novos, despertando o interesse sobre outros fundamentos e conseqüentemente levando a análises de variadas fontes. (FERREIRA, 1996). Portanto, para se entender a dinâmica social de uma determinada época é necessário o uso de entrevistas para suprir lacunas deixadas pelos documentos escritos e oficiais iluminando a trama e a trajetória dos interlocutores inseridos no grupo.

Ressalvo que o critério para seleção dos entrevistados faz parte de um processo metodológico, no qual mais que entrevistados, os sujeitos sociais são colaboradores, e que conduziram o não um debate mais um diálogo sobre o entendimento do social e do cultural. O procedimento metodológico usado é a história oral temática, tanto por esta apresentar maior diálogo com outros documentos oficiais como promover o debate com outras fontes, pois é uma prática narrativa que sob um conjunto de procedimentos torna possível estudar a sociedade. Foi aprofundando a análise documental e fazendo uma releitura das fontes oficiais que lacunas não esclarecidas levaram a esta metodologia e abordagem, no caso aproximando o objeto e o objetivo aqui proposto.

Analisando a trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano, desenvolvida no capítulo anterior, percebo a ausência dos excluídos da história e que por uma perspectiva

¹ No Brasil a história oral advém dos anos 70 com a criação das atividades de pesquisa em História Política e Contemporânea do CPDOC/FGV/RJ, durante a década de 80 deve o apoio de agências públicas que ampliaram as pesquisas sobre o golpe de 64 e nos anos 90 o interesse acadêmico levou a criação da Associação Brasileira de História Oral.

diferente considero que aspectos esquecidos e negligenciados tem um sentido. A própria escolha dos entrevistados parte da compreensão destas conclusões e conseqüentemente a opção pelos sujeitos sociais decorre do confronto que suas memórias são capazes de produzir com a documentação escrita, não no sentido de combate, mas de perceber que as semelhanças, diferenças, aproximações e perspectivas podem contemplar aspectos do cotidiano da vida urbana, esquecidos ou relegados.

Além da diversidade de assuntos, que se fazem presentes no cotidiano das cidades, a variedade dos agentes nele envolvidos amplia as perspectivas de estudo a eles dedicados, ao mesmo tempo em que levam o historiador a uma melhor ponderação de como escolher os agentes a serem analisados (JUCÁ, 2002, p. 71).

Para ser sujeito social o colaborador precisa ter conhecimento das práticas culturais no cenário desenvolvido, pois além do testemunho de pessoas da elite, sujeitos simples e excluídos podem nos trazer interessantes elucidações sobre os modos de agir, pensar, pertencer e excluir de determinada classe social. No entanto, tal repercussão do social e do cultural é percebida nas entrevistas que dialogam com as fontes escritas. Os jornais, as assembleias, os livros, as fotografias, a cultura material, e a historiografia local não são fontes suficientes, pois determinam uma única perspectiva da realidade.

De acordo com as considerações aqui apresentadas, percebo que as lembranças nos depoimentos remetem num primeiro momento à memória coletiva representada na nostalgia de uma cidade grandiosa, rica, influente e de gente culta, “foi no século... devido ao econômico que se criou social e culturalmente a imagem de um Aracati grandioso e intelectual”². Observo nos depoimentos dos colaboradores uma mentalidade baseada em uma história oficial narrada por autoridades eruditas ligadas ao museu, como “não digo atualmente, mas os mais novos não dão valor a história do Aracati” completando “muita coisa que eu aprendi sobre o Aracati, foi lá no museu” e ainda “lembrar da história do Aracati é lembrar dos homens ilustres e dos historiadores”³.

Hoje ao falarem de patrimônio histórico e cultural a primeira impressão que se nos traduz é a de altruísmo, “isto é o grande trabalho do museu para a cidade, pois o museu

² Senhor Antero Pereira Filho, escritor, historiador, economista e ex-diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, entrevista realizada durante mesa redonda para o Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 22 de agosto de 2014 no teatro Hélio Santos no Solão Casarão em Aracati.

³ Sra. Dione Fiúza Lima. 76 anos, aposentada da câmara legislativa, trabalhou no SESI, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano residente na rua coronel Alexanzito, concedida na cidade de Aracati em 06/03/2013.

veio acabar com a ideia da cidade do que já teve”⁴. Por outro lado era notória a prática de depredação do patrimônio “quem dilapidava era o próprio povo do Aracati, para loteamento, o povo ia tirando tudo, o próprio povo”; “ainda não existia IPHAN, derrubava da noite para o dia e não era só um, dois, ou três, eu era rapazinho”, cita algumas casas “e assim o Aracati vai se perdendo”⁵. Informação comprovada segundo notícias do jornal O Povo do ano 1977, “Aracati – um patrimônio em ruínas” e “Azulejos, beira e bica e sub-beira”, ainda no ano de 1980, “Museu denuncia alienação de residência em Aracati” e “Apesar do alerta a casa dos Correias foi mutilada”.

A propósito, o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal publicou um livro, especificamente sobre o avanço da destruição de alguns dos bens do patrimônio histórico e cultural da cidade de Aracati, com o título “Singelo documentário de alguns atentados contra o patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994”, publicado em 1995, onde alerta a população para o descaso das autoridades com o patrimônio histórico e cultural na cidade, que tanto se deteriorava como era destruído ou ocupado pela especulação imobiliária. Entre os diversos bens que cita, reivindicava: a ocupação do terreno no monumento da “Praça Cruz das Almas”, destruição do “Solar dos Correia”, descaso com a “Cacimba do Povo”, destruição do “Teatro Santo Antônio”, descaracterização da “Casa da Alfândega”, demolição e construção da Agência da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

E o pior de acontecer, do governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, contando com a cumplicidade de técnicos de nível universitário, parte a iniciativa de mais um golpe profundo desferido contra o conjunto urbano-arquitetônico de Aracati. Agora é o próprio governo estadual que está secundando a ação dos predadores dos bens de valor artístico e arquitetônico da cidade, ao mesmo tempo em que se atribui o título de precursor da preservação do patrimônio cultural do Ceará (LEAL, 1995, p. 71).

Em outro trecho:

O Instituto do Museu Jaguaribano, apesar dos esforços dispendidos junto à comunidade, continua temendo, com fundadas razões, a continuação desses atentados com a nódoa da inqualificável negligência da municipalidade e, neste caso, do próprio Governo do Estado e da incrível convivência de dirigentes diplomados de empresas da construção civil (LEAL, 1995, p. 69).

⁴ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

⁵ Prof. José Gondim de Lima Neto, 58 anos, professor da rede pública da região, morador da cidade.

O Plano Diretor de Aracati foi instituído através de Lei Municipal nº 14 de 22 de outubro de 1980, onde aprova as normas e orientação para a criação de uma Zona de Preservação ZP-1 – uma área retangular abrangendo as ruas: Coronel Alexanzito, Coronel Alexandrino, Coronel Pompeu e Santos Dumont. Envolve ainda em seu entorno a Igreja Matriz a Praça da “Cruz das Almas”. Conforme Leal (1995, p. 23) “Ao tempo da instituição do mencionado Plano Diretor, via-se nos muros de vários pontos da cidade esta frase, em letras garrafais: “Aracati, os monumentos que ainda restam te saúdam””.

Entretanto, ao analisar as entrevista sobre as mesmas questões, ciente de que os entrevistados foram influenciados tanto pela instituição como pelos autores, identifico que por um lado houve uma valorização da história da cidade e por outro os conceitos foram significativamente alterados, “através da educação o processo de interação das pessoas com o museu está mudando”⁶; aqui observei que a apropriação dos campos pedagógicos e político. Outro ponto importante é investigar os sujeitos que escamoteiam as determinações sociais e rever as estruturas e as propostas, de maneira que possamos compreender as visões do mundo social, pois tais representações podem ser entendidas como verdadeiras instituições sociais.

O discurso histórico destas instituições sempre foi uma representação das narrativas das práticas culturais. Conforme Leach (1989), na primeira metade do século XIX o termo cultura era um conjunto complexo que incluía o conhecimento, as crenças, a arte, o moral, o direito, o costume e todas as demais capacidades ou hábito adquiridos pelo homem. Seu sinônimo pressupunha que a cultura era composta por artefatos exterior ao indivíduo, para os antropólogos “a cultura é essencialmente um comportamento social” (LEACH, 1989, p. 3). Já para Pesavento (2008), é uma forma de expressão da realidade que de maneira simbólica demonstra suas práticas e apropriações, manifestada em discursos e instituições, permitindo aos indivíduos construir uma percepção de mundo, portanto é uma significação das representações que pode ser sentida na formação dos diferentes grupos e indivíduos.

A própria história da cultura material surge da necessidade de atender as elites, com avanços das pesquisas arqueológicas artefatos e vestígios resultaram em uma gama de material que aos poucos foi se aproximando da história cultural. Sobre esta concepção concordo com Chartier (1987, p. 16), “tal como a entendemos, tem por objetivo principal

⁶ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

identificar o modo como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler”. Usar metodologias diferentes para o popular e para o erudito, não é procedente, pois se a aplicarmos é possível encontrar resultados contraditórios ou inviáveis antes negligenciados. Proponho analisá-los sobre perspectivas que ainda não foram observadas. Parto do princípio de que além de se estudar as contradições, mais necessário é compreender o cruzamento entre o popular e o erudito.

A sociedade moderna produziu novos modos de agir, pensar e sentir devido ao consumo levando-nos a uma redefinição do que é de elite e do que é popular. Segundo HALL (2006), a identidade cultural na modernidade existe de uma “crise na identidade” e que para se entendê-la é preciso conceber o sujeito do iluminismo, do sociológico e do pós-moderno. O primeiro priorizava a razão e consciência, o segundo tinha a capacidade de refletir o sujeito em relação aos valores, sentidos e símbolos de uma cultura de mundo que frequentava. O pós-moderno assume identidades diferentes e em diferentes momentos decorrente das transformações que a modernidade trouxe e levaram os indivíduos a reverem suas tradições (HOBSBAWN, 2012) e estruturas. Antes estáveis, hoje à medida que a sociedade se torna mais complexa, adquirem novas formas coletiva e social. Foi a descentralização deste sujeito tanto pelo pensamento marxista como pelas descobertas do inconsciente de Freud ou do ponto de vista Foucault, traduziu-nos um sujeito moderno produto de um poder disciplinar de instituições coletivas. Portanto, na medida em que o significado das representações culturais vai se desenhando multiplicam-se as conexões com as identidades possíveis.

REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO CULTURAL NO ESPAÇO SOCIAL DOS SUJEITOS SOCIAIS.

A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos (FREIRE, 2000, p. 22-23).

Portanto, a cidade é um labirinto de imagens e de espaços que incitam a uma leitura sobre seu cotidiano e seu passado. O estudo de uma cidade específica, Aracati, serve de meio para analisar as relações entre as transformações urbanas e a criação de um museu. Esta arqueologia da cidade desenvolve-se através de uma análise dos espaços e das fontes escrita e oral, tornando possível perceber nuances e transformações na concepção de

patrimônio e nas suas formas de apropriação e adaptação nas diferentes estruturas da sociedade. “Para o historiador a cidade é o lugar de poder, da troca, da cultura, o lugar onde se exercem os confrontos, as tensões e os conflitos, onde nasceu o mundo moderno.” (ROYO, 1998, p. 264). As alterações no modo de vida urbano na reconfiguração do espaço também servem de pano para a formação e transformação de uma cidade. Observo que há no espaço social da cidade de Aracati de um lado a cidade de uma elite e outra uma cidade pela população.

A Rua Coronel Alexanzito conhecida como “Rua Grande” segundo o depoimento do senhor Antero:

A rua grande não foi construída de uma vez só; teve vários nomes e sempre mudando de numeração, Liberato Barroso, rua do comércio e coronel Alexanzito. Quando totalmente construída passou a se chamar rua do comércio, pois todo o comércio funcionava ali”. “os sobrados eram construídos só no reboco, depois quando ficavam mais ricos é que colocavam azulejos na frente do sobrado... tanto é que no início das ruas quase você não vê sobrados. A partir do momento em que as pessoas começam a ganhar dinheiro é que revestiram as casas⁷.

Ainda hoje é espaço que demarca certa posição social repercutida em toda a região Jaguaribana, com um grande e constante fluxo de pessoas no comércio, na cultura e no lazer. Era um espaço social reservado para a elite assim, como o cotidiano cultural e social em torno do teatro Francisca Clotilde e outros, clubes como o Democrata, o Aracati Clube e o Sete de Setembro, todos situados na mesma rua.

A pobreza estava realmente nos bairros afastados. Só morava na rua grande aquelas famílias tradicionais e de nome, que tinham certo dinheiro. O preconceito social era tão grande que existiam três clubes sociais na cidade eram: o “Aracati Club”, frequentado pela elite; havia o “Sete de Setembro”, frequentado pelos marinheiros e funcionários público; e o “Democrata” só empresas do comércio. O “Aracati Club” era frequentado pela elite só os sócios e ligados à elite, outra classe social não tinham amizade ali⁸.

Para a elite havia o gabinete de leitura (demolido, hoje funciona a Secretaria da Fazenda do Estado) que funcionou em Aracati até 1910 e muito influenciou o Instituto do Museu Jaguaribano, “era um local de leitura que tinha: uma biblioteca; coleção de jornais antigos do Aracati, alfabetização noturna de adultos, era palco de palestras como o Dr.

⁷ Senhor Antero Pereira Filho, escritor, historiador, economista e ex-diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, entrevista realizada durante mesa redonda para o Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 22 de agosto de 2014 no teatro Hélio Santos no Solão Casarão em Aracati.

⁸ Ibidem.

Eduardo e de Juiz de Direito que aqui estavam”⁹. A intelectualidade também se reunia nas dependências dos colégios Marista, Salesianas e São José, “não tinha museu tinha teatro de recital de arpa na década de 60, momentos culturais com carnaval, cinema só no auditório dos colégios”¹⁰.

É devido saber que havia entretenimento cultural e artístico na cidade anterior ao Museu Jaguaribano, embora sem as características de erudição como no Instituto do Museu Jaguaribano. Na memória da Senhora Dione:

Havia vida noturna, as praças eram bastante frequentadas, tinha um carnaval muito bonito, um carnaval cultural. A juventude era animada, a gente ficava até tarde da noite na calçada, cantando e tocando na sala. Havia tocadores muito bons, de outras cidades, não havia energia, tocando bem, animava e frequentava a elite intelectual lá estava. O Aracati Club tinha uma vida noturna muito boa. A vida noturna aqui se apagou, surgiu o cinema e depois a televisão. O carnaval no Aracati Club saía um bloco das casas da rua grande, para o Aracati Club¹¹.

Para a classe menos favorecida “havia cinema, mas a gente era pião, tinha a pipa, tinha o futebol, era no tamarineiro e ali eu ia com os amigos”¹². Havia ainda o circo “Garcia” na fala do senhor José Correia Lima “escrevia no braço os horários; “ficava na praça do colégio Marista, eu gritava “hoje tem espetáculo, tem sim sinhô. Hoje as 7:00 horas. Eu só tomava banho à tardinha, para não perder minha chance no circo”¹³.

De certa distância observo que a aristocracia era de historiadores e professores que se tornaram referência de erudição na cidade, os avanços do conceito de patrimônio cultural, fora apropriado pelos intelectuais, sob um discurso de preservação e tombamento criando um hiato entre sua representação e o cultural local.

O lugar de memória era o Instituto do Museu Jaguaribano, e de sociabilidades era o museu Jaguaribano. O Museu, contudo, também se tornou referência de cultura e erudição local, interferindo também na construção do conceito de patrimônio. Vejo que no primeiro momento, a noção do conceito de patrimônio durante o primeiro tombamento na cidade que

⁹ Ibidem.

¹⁰ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

¹¹ Sra. Dione Fiúza Lima. 76 anos, aposentada da câmara legislativa, trabalhou no SESI, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano residente na rua coronel Alexanzito, concedida na cidade de Aracati em 06/03/2013.

¹² Senhor José Correia Lima conhecido como “Zé pezim” 87 anos, pensionista, foi jornalista e reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 30/07/2014.

¹³ Ibidem.

foi o da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Matriz, em 1957, obedecendo, portanto, a legislação sobre o patrimônio histórico de 1937¹⁴, não despertou o conhecimento e comoção popular. No momento há uma querela do Padre Oleriano Barbosa de Andrade, vigário da paróquia de Aracati com o Instituto do Museu Jaguaribano, que reivindica o retorno das peças que eram da Igreja Matriz e foram doadas por D. Freire Falcão. Alegando que o processo de tombamento da Matriz é anterior ao do Museu, portanto, são de propriedade da paróquia.

Entretanto, foi somente com o tombamento do Solar do Barão de Aracati, através do Instituto do Museu Jaguaribano em 1983 é que houve maior aproximação da elite e conseqüentemente da população. Haja vista que muitos membros eram ligados a entidades religiosas relacionadas aos colégios e a Matriz. Na visão do Padre Oleriano:

Na época Dom Freire Falcão fez um “rapa” e doou tudo, no museu inclusive a igreja foi dada para ser museu, que estava fechado, na época por falta de cuidados, para ser museu de peças sacras, só que eles não conseguiram fazer as reformas e Graças a Deus não perdemos a igreja Matriz¹⁵.

O patrimônio tombado é o Solar do Barão de Aracati, não o Instituto do Museu Jaguaribano nem o Museu Jaguaribano, ou seu acervo, segundo depoimento “a peça mais importante do museu é a sua própria edificação, é o espaço”¹⁶. O próprio tombamento trouxe mudanças no valor do bem, pois no caso o museu passou a ter maior importância para a população e dar maior visibilidade ao patrimônio.

Embora seu estatuto possa citar “sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa” (ESTATUTO, 1984, p. 6) tal afirmação se torna uma contradição, pois durante sua trajetória a cultura política era se apropriar de prática cultural local através de estratégias na área pedagógica, econômica, política e religiosa. Observo tais atividades no empenho dos fundadores e sócios tanto em inaugura-lo (1968) e reabri-lo (1977) como no tombamento do Solar (1983). Noto que o acesso para fazer parte do quadro de sócios da instituição passou a ser usado como instrumento para arregimentar novos sócios principalmente na esfera política, econômica e religiosa. A doação do Grupo Edson Queiroz e do Bispo D. Freire Falcão, tinha objetivos de fazer caixa para solucionar problemas financeiros e para manter a instituição

¹⁴ Decreto Lei Federal nº 25 de 30 de Novembro de 1937.

¹⁵ Padre Oleriano Barbosa de Andrade vigário da paróquia de Aracati em entrevista concedida ao Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 19 de agosto de 2014 na casa paroquial de Aracati.

¹⁶ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

ativa e funcionando o que declara na realidade a falência de uma elite econômica. Oportuna foi à vinda à paróquia de Aracati do Bispo da Diocese D. Freire Falcão, durante sua estadia fora homenageado em solenidade no Ginásio do Colégio Marista de Aracati, promovido pelo Instituto do Museu Jaguaribano em 12 de setembro de 1970.

Noto que não há referência nas atividades culturais do Instituto do Museu Jaguaribano de trabalhadores, (gabinete de leitura) e também uma exclusão das elites de outras cidades da região Jaguaribana. É preciso investigar não somente os lugares de memória social local, mas, sobretudo refletir sobre como os esquecimentos na narrativa histórica e na construção das exposições, nos fala de como o museu trata o passado de sua cidade. É o que se observou nos depoimentos sobre o museu Jaguaribano, que para se entrar no museu deveria ser intelectual escrevendo livros ou sendo sócio, portanto foi através de uma interpretação e significados que o Instituto do Museu Jaguaribano produziu uma lógica da realidade.

Sua narrativa histórica focou em um sentido que referenciou o museu, através da lembrança de uma época da história da cidade projetando uma imagem de futuro. Sob uma narrativa histórica cronológica, linear, estruturalista, progressista valorizava os heróis, feitos e posses. Sendo que esta narrativa levou a um problema, uma mudança no horizonte de expectativa representado, pela cidade. O discurso dos fundadores fluía na busca por um passado que não orientava para um futuro, mas que reproduzia a visão de uma oligarquia. Isto consequentemente acarretou mudanças, pois o próprio Museu Jaguaribano era seu agente de transformação. A memória dos sujeitos sociais nos é reveladora no momento em que nos permite discutir a apropriação dos conceitos como “museu do Aracati” e como o Museu Jaguaribano, aquele mais conhecido popularmente e o segundo pela formalidade e erudição. Refletindo sobre as questões levantadas nos depoimentos somos conduzidos a repensar como era o cotidiano local foi construindo uma mentalidade da cidade através da memória dos sujeitos.

A questão é como a sociedade define os lugares e os monumentos de uma determinada realidade social constituído, pois as relações sociais são produzidas por diferentes grupos. É importante, portanto estudar os comportamentos, as percepções dos grupos sociais por meio de sua instituição social, cujas representações condensam a prática dos discursos.

Que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Nomear estes motivos abre um primeiro debate: será necessário identificar e considerar como símbolo todos os signos, actos ou objetos, coletivos, graças os quais os grupos formaram uma organização conceptual ao mundo social ou natural (CHARTIER, 1987, p. 19).

O que diferencia as mentalidades dos grupos e sujeitos sociais é o uso da utensilagem mental disponível na época e que limitou a forma de pensar (CHARTIER, 1987). Por mentalidade entendo que nos possibilita observar as relações como o mundo social, onde as relações do intelectual construído por grupos e instituições representam e representaram uma visão de mundo. A história da mentalidade está no cotidiano sendo individual ou coletiva, deste modo é a partir de certa posição intelectual de suas ações e ideias no discurso oral e escrito onde designam enraizamentos e sensibilidades. Vejo que as estruturas mentais foram e formam ações e pensamentos, pois os modos, o gosto, as opiniões, as obras, os discursos, as maneiras e os motivos que levaram a elite intelectual a se apropriar de uma cultura.

A história intelectual também se constitui no pensamento popular para construir a divisão entre cultura popular e erudita. Se por um lado as práticas culturais tidas intelectuais sempre se deparam com a cultura do povo, o importante é identificar como estas práticas se inter cruzam.

Estes cruzamentos não deveriam ser entendidos como relações e subproduto (um letrado e outro popular), mas como produtores de “ligas” culturais ou intelectuais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados um nos outros como nas ligas metálicas (CHARTIER, 1987, p. 57).

É diferente da história das ideias, muda lentamente e privilegia a psicologia social e coletiva das sociedades, “eminentemente coletiva, a mentalidade parece deduzida das vicissitudes das lutas sociais. Seria, contudo um erro grosseiro desligá-la das estruturas e da dinâmica social.” (LE GOFF, 1995, p. 78).

História intelectual deve colocar a relação da leitura na construção de uma composição de uma definição de espaço cultural, portanto para se entender as fronteiras da produção intelectual com as outras referências de produção, é necessário compreender não o objeto e o espaço, mas as construções dos sentidos no espaço cultural, pois há uma relação entre estrutura social e estrutura cultural (CHARTIER, 1987).

CONCLUSÃO

Diferente de outras cidades, Aracati permite comparações entre sua memória e seus espaços que nos leva a refletir a trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano como patrimônio a partir do discurso e práticas de uma instituição de perpetuação da história local, onde percebo os interesses, influências e interferência dos sujeitos sociais. Estes intelectuais na luta por um ideal próprio construíram uma concentração de interesses diferentes que convergiam na luta pela preservação, assim inseriram uma nova mentalidade a partir deste movimento social. A luta trouxe uma nova ordem política e provocou alterações no conjunto de normas de políticas públicas, embora não houvesse participação das camadas populares nem do estado e sim a manutenção das estruturas, através da legitimação da posição social por erudição da instituição.

Este discurso de engajamento democrático por uma luta em comum demonstrou contradições, pois passou a ocupar maior espaço na cidade e angariou adeptos nas diversas camadas populares. Este discurso contribuiu para a constituição da memória coletiva das instituições. Sua trajetória passa pelas relações e alianças e uso como estratégia de troca de influencia como assim indica que houve uma história política voltada para a produção cultural de determinado segmento da sociedade ou em detrimento de si.

Ao analisar a representação de patrimônio histórico no discurso dos atores sociais como prática de cultura escrita política, percebo que a representação destes atores sociais varia não apenas na posição social, mas também no interesse, percepção e apreciação das práticas culturais. O uso do museu para preservar o patrimônio histórico era uma prática do discurso dos sujeitos sociais. Produziram-se lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza. O patrimônio também é construído a partir do presente e permite reconhecer uma sociedade culturalmente heterogênea abrindo espaço para as representações, materializando os conflitos e contradições dos vários grupos que o determinam nos museus.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Alvaro de Araújo. SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista eletrônica Cadernos de História**, ano II nº 01, Universidade Federal de Ouro Preto, mar. 2007.

BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo, UNESP: 1994.

BITTENCOURT, José Neves. **Uma experiência em processo**. In: BITTENCOURT, José Neves (org.). História representada: o dilema dos museus. Livro do Seminário Internacional. IPHAN: 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. 1988. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil: 1988.

CASTRO, José Liberal de. Preservação do patrimônio cultural. **Revista do Instituto do Ceará**. (Histórico Geográfico e Antropológico). Tomo CXVII, vol. 122, pg. 99-148, Fortaleza: 2008.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Educação Patrimonial em uma experiência itinerante. In: **Seminário REM-Ce**. Experiências e Reflexões. Fortaleza, SECULT/Museu do Ceará: 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Difel: Rio de Janeiro, 1987.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CARR, Edward Hallet. **Que é História**. São Paulo, Paz e Terra: 2006.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo, UNESP: 2013.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano**. Imprensa Oficial do Ceará. 1984.

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano**. Imprensa Oficial do Ceará. 1971.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo, Cortez: 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Júlia. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Ed. FGV: 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Ed. Loyola, 2001.

GONDAR, Jo. **Quadro proposições sobre a memória social**. In: o que é memória social? Rio do Janeiro: Contra-capa livraria/Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento** In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita de história**. Rio de Janeiro: FGC, 2004.

GUIMARÃES. Manoel Luís Saldado. **Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história**. In: em tempo: história, memória, educação. RIOS, Kênia Sousa. FURTADO FILHO, Ernani (org.). Fortaleza: imprensa universitária, 2008.

HARTOG. François. **Ordens do tempo, Regimes de historicidade**, In: Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: memória arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

_____. **A invenção das tradições**. São Paulo, Paz e Terra: 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A: 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed. Centauro, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza, Imprensa Universitária: 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Unicamp. Campinas, 2008.

_____. **As Mentalidades**. Uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 71.

LEAL, Hélio Idelburque Carneiro. **Singelo documentário de alguns atentados a O patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994**. UNIFOR: Fortaleza, 1995.

LEACH, Edmund. Cultura/culturas. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, IN-CM, 1989, vol. 5 p. 1-42. Anthropos-Homem, p.102-135.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio crise da cidade, questão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

MAGALDI, Cássia. **O público e o privado: propriedade e interesse cultural**. In: **o direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do patrimônio histórico. São Paulo: DPH, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto: 2010.

MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. **Visualizando o passado: museu e história**, In: BITTENCOURT, José Neves, et. Al. **História representada: o dilema dos museus**. Livro do Seminário Internacional, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003: p. 120-121.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, **Projeto Historia**. Nº. 10. São Paulo: PUC, 1981.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos** Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**; tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **Museu, nação, acervo**. In: história repensada: o dilema dos museus, pg. 25-62. BITTENCOURT, José Neves (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e história cultural**. Belo Horizonte, Autêntica: 2008.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. In: o direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. Departamento do patrimônio histórico. São Paulo: DPH, 1992.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

RICOUER, Paul. **Memória pessoal, memória coletiva**. In: A memória, a história e o esquecimento. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

ROYO, Manuel. GALINIÊ, Henri. **A arqueologia à conquista da cidade**. In: Passados Recompuestos: campos e canteiros da história. BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique (org.). Rio do Janeiro, Ed. UFRJ/FGV: 1998.

SILVA, Lúcia. Trajetória de um conceito: patrimônio, entre a memória e a história. **Mosaico – revista multidisciplinar de humanidades**. Vassouras, Vol. 1, nº 01, p. 36-42: jan/jun 2010.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo de. A cidade e o patrimônio histórico. **Cadernos Paulo Freire** nº 1. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. 2003.

WINTER, Jay. **A geração da memória reflexão sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos da história**. In: SILVA, Márcio Seligmann. (org.). Palavra & imagem: memória escrita. Chapecó, Argos: 2006.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas, Papirus: 1989.

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em julho de 2015.